

See discussions, stats, and author profiles for this publication at: <https://www.researchgate.net/publication/367168097>

Governar e defender a cidade medieval: o amuralhamento das cidades medievais portuguesas no tempo de D. Fernando I (1367–1383)

Chapter · January 2023

CITATIONS

0

READS

423

1 author:



Maria Do Carmo Franco Ribeiro
University of Minho

55 PUBLICATIONS 95 CITATIONS

SEE PROFILE

Some of the authors of this publication are also working on these related projects:



Arqueologia de Braga. Topografia, urbanismo e arquitetura [View project](#)



Construir la memoria de la ciudad: espacios poderes e identidades en la Edad Media (XII-XV) [View project](#)



GOVERNAR A CIDADE NA EUROPA MEDIEVAL

*The Governance of Medieval
European Towns*

Amélia Aguiar Andrade
Gonçalo Melo da Silva (eds.)



GOVERNAR A CIDADE
NA EUROPA MEDIEVAL

*The Governance
of Medieval European Towns*

IEM – Instituto de Estudos Medievais

Coleção ESTUDOS 24

GOVERNAR A CIDADE
NA EUROPA MEDIEVAL

*The Governance
of Medieval European Towns*

AMÉLIA AGUIAR ANDRADE
GONÇALO MELO DA SILVA
editores

Textos seleccionados das V Jornadas Internacionais de Idade Média “Governar a Cidade na Europa Medieval” (Castelo de Vide, de 8 a 10 de Outubro de 2020) e da Escola de Outono (Castelo de Vide, 6 e 7 de Outubro de 2020).

Arbitragem Científica:

Adelaide Milán da Costa (Universidade Aberta)
Amélia Aguiar Andrade (Universidade Nova de Lisboa)
Antonio Collantes de Terán (Universidade de Sevilla)
Armando Luís de Carvalho Homem (Universidade do Porto/Universidade Autónoma de Lisboa)
Beatriz Arizaga Bolumburu (Universidade de Cantábria-Santander)
Carlos Carreto (Universidade Nova de Lisboa)
Denis Menjot (Universidade Lyon 2)
Dolores Villalba Sola (Universidade de Granada)
Eduardo Aznar Vallejo (Universidad de La Laguna)
Hermenegildo Fernandes (Universidade de Lisboa)
Hermínia Vilar (Universidade de Évora)
Ignasi Baiges Jardí (Universidad de Barcelona)
Isabel Barros Dias (Universidade Aberta)
Isabel del Val Valdivieso (Universidade de Valladolid)
João Luís Fontes (Universidade Nova de Lisboa)
Jonathan Wilson (Instituto de Estudos Medievais, NOVA FCSH)
Luísa Trindade (Universidade de Coimbra)
María Asenjo González (Universidade Complutense de Madrid)
Maria João Branco (Universidade Nova de Lisboa)
Maria Helena da Cruz Coelho (Universidade de Coimbra)
Maribel Fierro (Instituto de Lenguas y Culturas del Mediterráneo y Oriente Próximo. CSIC Madrid)
Mário Farelo (Universidade Nova de Lisboa)
Michel Bochaca (Universidade de La Rochelle)
Miguel Metelo Seixas (Universidade Nova de Lisboa)
Pere Verdes Pijuan (Institución Millan y Fontanals CSIC)
Peter Clark (University of Helsinki)
Rafael Sanchez Saus (Universidad de Cádiz)
Rodrigo Dominguez (Universidade do Minho)
Santiago Macías (Universidade Nova de Lisboa)
Sauro Gelichi (Universidade Ca’Foscari Venezia)
Wim Blockmans (Universidade de Leiden)

O Instituto de Estudos Medievais da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (NOVA FCSH) é financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

Publicação financiada pela Câmara Municipal de Castelo de Vide e por Fundos Nacionais através da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, no âmbito do Projecto UID/HIS/00749/2020.

Título	Governar a cidade na Europa medieval The governance of Medieval European towns
Editores	Amélia Aguiar Andrade, Gonçalo Melo da Silva
Edição	IEM – Instituto de Estudos Medievais / Câmara Municipal de Castelo de Vide
Imagem de capa	Referência da imagem da capa “Foral de Castelo de Vide”, Torre do Tombo, <i>Leitura Nova</i> , Livro dos forais novos de Entre Tejo e Odiana, fl. 67v.
Coleção	Estudos 24
ISBN	978-989-54529-6-5 (IEM) 978-972-9040-19-1 (C. M. de Castelo de Vide)
Paginação e execução	Marcel L. Paiva do Monte, com base no design de Ana Pacheco.
Revisão	Mariana Alves Pereira
Depósito legal	489171/21
Impressão	Tipografia Pevidém, Lda.

Índice

Nota de Abertura	11
<i>António Pita</i>	

Apresentação.....	13
<i>Amélia Aguiar Andrade, Gonçalo Melo da Silva</i>	

PARTE I

A construção da memória e da identidade urbana

Práticas e memórias da governança: escrever, comunicar, arquivar	21
<i>Maria Helena da Cruz Coelho</i>	

<i>D'as coisas da honra da cidade: elementos para o estudo da produção documental na Câmara de Coimbra nos inícios do século XVI</i>	41
<i>Rodolfo Petronilho Feio</i>	

La ciudad y su representación: los sellos diplomáticos de los concejos andaluces (siglo XIII)	63
<i>Pablo Alberto Mestre Navas</i>	

El oficio de pregonero municipal en la Castilla bajomedieval	83
<i>Lisa Walleit</i>	

PARTE II

Governar o espaço municipal

How to Rule a City and its Hinterland?	101
<i>Wim Blockmans</i>	

The Ruler in Times of Famine: Managing subsistence crises in al-Andalus	127
<i>Ana María Carballeira Debasa</i>	

PARTE III

Os rostos do poder: as elites urbanas

Novas elites em terras novas? O governo das cidades no Alentejo central em meados de Duzentos.....	143
<i>Hermenegildo Fernandes</i>	

Aristocracias, élites, oligarquías: reflexiones sobre la evolución de los grupos dirigentes urbanos en el Noroeste hispano a lo largo de la Edad Media (siglos IX-XV) 159

Raúl González González

Les marchands latins et le pouvoir dans les villes portuaires musulmanes de Méditerranée (XII^e-XV^e siècle)..... 181

Dominique Valérian

De las revueltas en Flandes al Regimiento de Burgos. Auge y consolidación de un mercader entre la élite de Laredo: el caso de Fernando del Hoyo (1489-1513) 201

Javier Añibarro Rodríguez

PARTE IV

As relações entre os poderes dentro da cidade

Papal misrule in the 9th century Rome: a new identity for the characters at play 221

Paola Rea

O governo dos mercados urbanos de al-Andalus, entre os séculos IX e XIII 237

António Rei

A edilidade lisboeta e o poder régio: dinâmicas de conflito e cooperação a partir da fiscalidade régia (séculos XIV-XV) 255

Catarina Rosa

Os ofícios mecânicos e o governo da cidade: a regulamentação dos mesteres nas cidades tardo-medievais portuguesas 273

Arnaldo Sousa Melo

Vigilância e controlo do trabalho dos mesterais através da fiscalidade paroquial: o caso de Coimbra no século XIV 287

Maria Amélia Álvaro de Campos

A oficina e a Câmara: a relação entre os mesterais e a Vereação do Porto nos séculos XIV e XV 305

Marco Alexandre Ribeiro, Paulo Morgado e Cunha

PARTE V

As relações do poder concelhio com os poderes exteriores

Governar e defender a cidade medieval: o amuralhamento das cidades medievais portuguesas no tempo de D. Fernando I (1367-1383) 325

Maria do Carmo Ribeiro

The jurisdiction in a small Kentish town: between norm and practice..... 347
Anna Anisimova

**As relações entre o Mosteiro de São Salvador da Vacariça,
as elites regionais e os *conclia* do condado de Coimbra (século XI)** 367
Pedro Alexandre Gonçalves

Nota de Abertura

Em 2017, foi publicado o primeiro volume referente às primeiras Jornadas Internacionais de Castelo de Vide, que tinham tido lugar em outubro do ano anterior. Assim se iniciou uma produtiva viagem, fruto de uma exemplar parceria institucional formalmente assumida entre a Câmara Municipal de Castelo de Vide e o Instituto de Estudos Medievais.

Esta viagem conjunta, para além de possibilitar o agradável encontro de historiadores, investigadores, professores, alunos e académicos em Castelo de Vide, permitiu que ao longo dos últimos cinco anos se produzisse avultado conhecimento materializado nos cinco volumes já editados e que consubstanciam um notável contributo para o enriquecimento do panorama bibliográfico da História Medieval Portuguesa e Europeia.

Perante esta realidade, o Município de Castelo de Vide congratula-se por ter o privilégio de ser uma autarquia que consegue estabelecer um protocolo com um estabelecimento no Ensino Superior da grandeza da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, da Universidade Nova de Lisboa, daqui resultando tão importante produção de conhecimento. Esta tem sido, pois, uma viagem de êxito que importa continuar, consolidando-se no futuro através da continuidade das Jornadas Internacionais de Idade Média, com a publicação das correspondentes atas, bem como na realização das Escolas de Outono e ainda todo o trabalho produzido no âmbito da Rede Internacional das Pequenas Cidades no Tempo.

A Câmara Municipal de Castelo de Vide sempre advogou que o apoio à comunidade científica é o caminho imprescindível para a produção de novos conteúdos que possam permitir abordagens explicativas da construção do passado das vilas, das cidades, das paisagens, dos territórios. No caso concreto de Castelo de Vide, afigura-se-nos inevitável que o salto qualitativo da oferta cultural e turística está intimamente ligado ao progresso do conhecimento, do longo e notável passado sedimentado desde o berço da nossa civilização.

Pelo anteriormente referido, e dada a circunstância de chegarmos ao final do mandato autárquico, importa manifestar um profundo agradecimento à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, em particular aos sucessivos responsáveis do Instituto de Estudos Medievais, que ao longo destes últimos anos, meritória e dedicadamente

se empenharam para que este projeto fosse uma realidade e alcançasse o prestígio e o reconhecimento que hoje detém no país e no estrangeiro.

A afirmação de Castelo de Vide enquanto referência para a comunidade científica, assim como o exemplo positivo do compromisso político estabelecido com a Faculdade, impõe que esta dinâmica se mantenha por muitos e frutíferos anos, na medida em que, tal como afirmámos no preâmbulo da primeira publicação “Num mundo cada vez mais global e incaracterístico, é fundamental conhecer e estimular o carácter e os valores de exceção que se encontram na identidade das populações para se perpetuar memória e conhecimento”.

António Pita

Presidente da Câmara Municipal de Castelo de Vide

Governar a Cidade na Europa Medieval: um colóquio presencial e um livro organizados em contexto pandémico

*Amélia Aguiar Andrade¹
Gonçalo Melo da Silva²*

A *Semana Medieval* de Castelo de Vide que, desde 2016 inclui uma *Escola de Outono* destinada à formação de jovens investigadores e umas *Jornadas Internacionais* dedicadas a um tema fundamental para o conhecimento da cidade na Europa Medieval, teve lugar em 2020 num contexto pandémico que pôs à prova a capacidade de resiliência da sua Comissão Organizadora e das duas instituições que a têm apoiado: a Câmara Municipal de Castelo de Vide e o Instituto de Estudos Medievais.

A decisão de manter estas duas atividades presenciais bem como o lançamento do volume que reúne uma seleção dos textos apresentados na edição do ano anterior depois da sua avaliação por pares, surgia como a única forma de dar continuidade a uma dinâmica que entretanto se instituiu e que constitui uma das marcas da *Semana Medieval* de Castelo de Vide: por um lado, a valorização do debate e troca de ideias, alicerçados em contactos pessoais estabelecidos num quadro espacial que ultrapassa as salas das sessões e, por outro lado, a interação entre a comunidade de investigadores participantes e os habitantes de uma pequena e acolhedora vila, muito ciosa do seu passado medieval.

Assim, os convites aos oradores responsáveis pelas lições da *Escola de Outono* e das conferências plenárias das *V^{as} Jornadas Internacionais de Idade Média: Governar a Cidade na Europa Medieval*, a confirmação da participação de comunicantes e de estudantes, decorreram já em contexto pandémico, em momentos em que se viviam fortes restrições limitadoras da circulação, do acesso a bibliotecas e arquivos e ainda, a sujeição a longos períodos de confinamento rigoroso que marcaram não só o ano de 2020 mas também o de 2021, altura em que se finalizou o desenvolvimento e produção do volume que agora se apresenta. As circunstâncias apontadas tiveram consequências, que organizadores e participantes não desejavam, pois nem sempre foi

¹ NOVA FCSH e IEM – NOVA FCSH.

²IEM – NOVA FCSH.

possível ultrapassar os obstáculos impostos pela condição sanitária, o que teve como corolário um programa mais limitado no número de presenças e na impossibilidade de entrega de alguns dos textos dentro dos prazos impostos, o que inviabilizou a sua publicação.

Apesar de todos estes constrangimentos foi possível reunir um conjunto de 19 artigos – apenas um resulta de uma lição apresentada na *Escola de Outono* – produzidos por 20 investigadores provenientes de Portugal, Espanha, França, Itália, Alemanha, Holanda e Rússia, cujas apresentações integraram o programa das *Jornadas*. Todos beneficiaram dos comentários e achegas dos animados debates que as diferentes sessões geraram e dos contributos valorativos dos avaliadores que colaboraram com o desenvolvimento desta obra. Os estudos abrangem predominantemente o espaço peninsular, entendido nas suas distintas unidades políticas cristãs e, ainda que em muito menor grau, o Al-Andalus, sendo que outros incidem sobre paragens mais distantes, como o Magreb, a Inglaterra, a Flandres e Roma. As cronologias trabalhadas privilegiam os séculos finais da Idade Média, algo esperável, uma vez que, para a Península Ibérica, a documentação tardo-medieval cresce em quantidade e qualidade para o estudo de quase todas as temáticas urbanas.

A obra organiza-se em cinco secções: ***A construção da memória e da identidade urbana; Governar o espaço municipal; Os rostos do poder: as elites urbanas; As relações entre os poderes dentro da cidade e As relações do poder concelhio com os poderes exteriores***, que procuraram organizar os textos aqui reunidos de forma coerente. Contudo, a complexidade de algumas temáticas, cujo desenvolvimento implicou o recurso não só a fontes de informação diversificadas como a enfoques simultaneamente distintos, mas complementares, dificultaram muito essa tarefa, que por isso aqui surge como uma proposta que, para outros, por certo podia adquirir uma outra estrutura organizativa.

Na primeira secção, intitulada ***A construção da memória e da identidade urbana***, agrupam-se os artigos que, tomando como espaço de observação as cidades ibéricas nos séculos XIII a XVI, analisam e refletem sobre as problemáticas relacionadas com a escrita da governança municipal, tais como o desenvolvimento das chancelarias e dos ofícios ligados à escrita, o perfil social dos homens que desempenharam estes cargos, as tipologias documentais produzidas e ainda, o recurso aos selos como instrumentos de validação dos documentos e de representação das instituições municipais. Materializando uma já longa experiência, o estudo de Maria Helena da Cruz Coelho – *Práticas e memórias da governança: escrever, comunicar, arquivar* – apesar de ter o reino português como espaço de observação, não deixa de enquadrar os restantes textos da secção, assumindo-se como uma síntese solidamente alicerçada e reflexiva sobre o papel da escrita na governação dos concelhos medievais, na qual se coloca em evidência como a construção e preservação do arquivo concelhio representou um

garante da identidade e poder político da cidade. Embora privilegiando a memória escrita, a secção encerra focando o valor que a oralidade assumia na governação de uma população maioritariamente iletrada, através do estudo do cargo de pregoeiro nas vilas e cidades castelhanas dos finais da Idade Média, glosando as suas condições laborais e o seu papel fulcral na comunicação de notícias e da legislação municipal.

O apartado ***Governar o espaço municipal*** integra dois artigos que equacionam de uma forma mais profunda as questões da gestão de um espaço urbano e do seu entorno pelos poderes urbanos no período medieval, focando espaços e contextos socioculturais distintos. O texto de Wim Blockmans – *How to Rule a City and its Hinterland?*, tomando como espaço de observação a Europa Ocidental Cristã, e com especial ênfase a região da Flandres, estabelece uma síntese problematizante sobre as principais preocupações dos governos urbanos na gestão das suas áreas urbanas e rurais e dos seus interesses em outras regiões, como, por exemplo, o controle e proteção dos seus recursos naturais e o desenvolvimento de instituições e códigos legislativos que garantissem a segurança e fiabilidade das trocas comerciais. Por seu turno, Ana María Carballeira Debasa, seguindo uma linha de trabalho já desenvolvida anteriormente e pouco explorada no contexto dos estudos sobre o Al-Andalus, analisa a estratégia dos governantes dos aglomerados urbanos andaluzes na gestão das crises de subsistência durante o período da dinastia Omíada, sobretudo entre meados do século VIII e o princípio do século XI.

A secção denominada ***Os rostos do poder: as elites urbanas*** reúne os estudos sobre o perfil dos grupos sociais que dominam a governação das cidades medievais, sobretudo as peninsulares, a sua evolução e as suas estratégias de afirmação social e política. O texto de Hermenegildo Fernandes – *Novas elites em terras novas? O governo das cidades no Alentejo central em meados de Duzentos* – apresenta-se especialmente sugestivo, uma vez que tem como espaço de observação a região em que se insere, de certo modo, Castelo de Vide, mas sobretudo por refletir sobre o processo de constituição das oligarquias urbanas no período imediatamente subsequente à ocupação cristã, no complexo quadro de poderes que então caracterizava a região. O artigo de Raúl González González – *Aristocracias, élites, oligarquías: Reflexiones sobre la evolución de los grupos dirigentes urbanos en el Noroeste hispano a lo largo de la Edad Media (siglos IX-XV)* –, aborda o processo de oligarquização dos grupos dirigentes de três cidades castelhanas – León, Oviedo e Astorga, num período cronológico amplo (séculos IX a XV) e pouco frequente, uma vez que os estudos sobre as elites urbanas peninsulares têm incidido sobre cronologias mais restritas que privilegiam os finais da Idade Média e o dealbar do século XVI.

Tendo um espaço de observação mais afastado do âmbito peninsular, e consolidando um percurso de investigação há muito trilhado, o texto de Dominique Valérian – *Les marchands latins et le pouvoir dans les villes portuaires musulmanes de*

Méditerranée (XII^e-XV^e siècle) – assume-se como uma abordagem mais global e de síntese sobre a presença dos mercadores latinos nas vilas portuárias magrebina e as instituições, os agentes e os processos a resolução de conflitos entre os comerciantes cristãos e as comunidades muçulmanas. Apresentando novas hipóteses de trabalho e um quadro de reflexão problematizante, o autor contribui decisivamente para a revisão de pressupostos mais tradicionais, como o da visão de que a presença dos mercadores latinos representou o enfraquecimento do controle muçulmano sobre o comércio e uma política passiva dos sultões face à expansão comercial cristã.

O quarto apartado *As relações entre os poderes dentro da cidade* integra um conjunto de estudos sobre a relação entre diferentes poderes e agentes – concelhio, régio, eclesiástico e dos mesteres – na governança das comunidades urbanas, e tem como quadro preferencial de observação o reino português. Contemplando escalas urbanas distintas, colocam em evidência o peso desse fator nas estratégias, nos interesses e na capacidade de atuação dos diferentes poderes em presença no espaço urbano. O texto de Paola Rea – *Papal misrule in the 9th century Rome: a new identity for the characters at play* –, ao aplicar um novo quadro problematizante a uma fonte já trabalhada por outros autores (*Liber Pontificalis* Biographies), levanta novas hipóteses sobre os problemas na gestão de clientelas ligadas ao governo de Roma e à gestão do poder pontifício para o século IX. Constituindo, neste volume, uma das incursões cronologicamente mais recuadas, este estudo recorda a importância de nunca considerar uma fonte definitivamente estudada pois é sempre possível encontrar novas e estimulantes leituras.

Nesta mais extensa secção, o que é revelador da valorização deste tema pela historiografia atual, encontram-se ainda artigos que, baseados em documentação escrita, permitiram aos seus autores a análise da intervenção dos poderes na regulamentação das atividades económicas, como a definição dos processos de recolha fiscal, a resolução de abusos cometidos na arrecadação de impostos e o trabalho dos mesteres, apontando assim várias situações da complexa relação de poderes no interior do espaço urbano. O texto de Maria Amélia Campos – *Vigilância e controlo do trabalho dos mesteirais através da fiscalidade paroquial: o caso de Coimbra no século XIV* – ao centrar a análise numa escala espacial – a paróquia – e numa menos usual tipologia documental para o estudo da regulamentação sobre os mesteres como são as sentenças da Audiência Episcopal de Coimbra, assume uma particular originalidade e lança perspectivas e metodologias de trabalho muito estimulantes, aplicáveis a outras situações e a outros espaços.

A última secção *As relações do poder concelhio com os poderes exteriores* compreende artigos que exploram situações de cooperação e conflito entre o poder concelhio, os seus senhores e instituições monásticas localizadas no seu termo, através da análise de um exemplo inglês e de dois portugueses. Entre estes, o texto de Maria

do Carmo Ribeiro ao tratar dos amuralhamentos promovidos pelo rei D. Fernando em vilas e cidades portuguesas no conturbado contexto político-militar da segunda metade do século XIV, estuda um elemento que, pela sua função e monumentalidade ilustra a materialidade de um elemento que, simultaneamente confirmava a identidade visual de um núcleo urbano e materializava a presença da autoridade régia.

Ao lançar o tema do governo das cidades medievais tinha-se consciência de que se tratava de uma temática profundamente enraizada no medievalismo europeu, onde progressivamente se autonomizou das influências da História do Direito em favor de problemáticas mais amplas e diversificadas, que o estudavam em função do complexo xadrez dos poderes presentes na sociedade medieval e que encontravam vertentes de análise, em que ganhava importância a sociologia das oligarquias governantes e sua expressão institucional, as relações e tensões entre poderes, as marcas materiais desse mesmo poder e a construção da memória que pretendiam deixar.

Apesar das limitações antes apontadas, de uma forma geral, as temáticas mais importantes, se bem que por vezes circunscritas cronológica e espacialmente, estiveram presentes nestas *Jornadas*. Mas foi sobretudo a perspectiva dos historiadores que prevaleceu, dada a ausência por exemplo, da Arqueologia, que poderia ter sido um fundamental contributo para evidenciar e analisar a presença de equipamentos fundamentais nas cidades – os mercados, as fontes, as carniçarias e é claro, as casas do concelho que acolhiam a governança, etc. –, que se assumiam como marcas materiais expressivas do governo urbano. A presença de historiadores de arte poderia ter trazido interessantes perspectivas sobre a intervenção dos governos urbanos em manifestações artísticas que contribuísem não apenas para a nobilitação do espaço citadino como para a afirmação das suas elites governativas.

Mas, um encontro de medievalistas deixa sempre em aberto novas perspectivas e pistas de investigação sobre o tema que foi glosado. Ficou clara no decorrer das sessões e reforçada na leitura dos textos agora reunidos, a necessidade de uma profunda reflexão comparativa sobre as fontes disponíveis para os distintos espaços europeus bem como sobre o léxico do poder que delas emana. Daí a importância de alargar o âmbito das fontes a considerar para o estudo do governo das cidades à heráldica, aos vestígios materiais, às fontes narrativas, aos vestígios arqueológicos, à análise das tessituras urbanas, entre outras.

Por outro lado, torna-se imprescindível considerar para uma mais adequada compreensão dos parâmetros de exercício do poder urbano, empreender uma mais aprofundada reflexão teórica que considere a difusão, sobretudo nos séculos finais da Idade Média, do pensamento sobre a sua governança e sobre quem tinha o direito a exercê-la.

Por fim, há que ultrapassar a casuística, recusar o fascínio da fonte única, sair da nossa cidade, do nosso reino, do nosso objeto de investigação em favor de leituras

mais amplas e complexas, atentas a continuidades e ruturas, capazes de analisar especificidades e diversidades geográficas, mas tendo sempre presente o que há em comum.

* * *

Os editores querem ainda deixar público o seu agradecimento a todas as instituições e pessoas que contribuíram para tornar este conjunto de iniciativas – *Jornadas Internacionais de Idade Média, Escola de Outono* e publicação desta obra – um êxito, garantindo ainda, a sua continuidade no tempo. À Câmara Municipal de Castelo de Vide na pessoa de António Pita, seu Presidente, temos a agradecer o modo como, desde 2016 abraçou esta proposta de uma *Semana Medieval* diferente em Castelo de Vide, disponibilizando apoios humanos e materiais à sua concretização. Através da Dr^a Patrícia Martins queremos agradecer à equipa de funcionários e funcionárias da Câmara Municipal de Castelo de Vide, a qual, com dedicação e descrição garante uma organização exemplar que os participantes não esquecem e que em 2020, em pleno contexto pandémico se superou a fim de suavizar todos os constrangimentos que havia que aplicar. Ao Instituto de Estudos Medievais, através das suas anterior e atual Diretoras, respetivamente professoras Maria João Branco e Maria de Lurdes Rosa, agradecemos todo o apoio material à realização da Escola de Outono e das Jornadas. O Marcel Paiva Monte, com o seu saber, rigor e bom gosto tem garantido o sucesso da linha gráfica de divulgação da *Semana Medieval* bem como a conceção e paginação deste livro. À Mariana Pereira, agradecemos a capacidade de concretizar com um sorriso que parece tornar tudo fácil, as tarefas mais complicadas e inesperadas. Ao Ricardo Cordeiro do Instituto de Estudos Medievais agradecemos a presença atenta e eficaz durante as atividades da Escola e das Jornadas, ajudando a tornar mais leves as tarefas organizativas que a pandemia tornou mais numerosas e complexas. A quantos participaram na *Escola de Outono* e nas *Jornadas* – conferencistas convidados, comunicantes, estudantes e assistentes – que fizeram desta *Semana Medieval* de 2020, vivida num contexto difícil e inesperado para todos, um momento muito especial, em que quase parecia que tínhamos voltado à normalidade de podermos debater a nossa comum paixão pela Idade Média presencialmente. E nunca somos por demais gratos aos revisores científicos desta obra que sempre conseguem encontrar tempo para cumprir os prazos, sempre tão curtos, que lhes concedemos para fazerem a leitura crítica dos textos propostos. A sua colaboração e disponibilidade foram fundamentais para garantirmos a qualidade da obra que agora se publica.

The last but not the least, um obrigado aos habitantes de Castelo de Vide, que num ano de pandemia, tão propício a receios e desconfianças, continuaram a receber-nos de braços abertos.

PARTE V

*As relações do poder concelhio
com os poderes exteriores*

Governar e defender a cidade medieval: *o amuralhamento das cidades medievais portuguesas no tempo de D. Fernando I (1367-1383)*

Maria do Carmo Ribeiro¹

Resumo

D. Fernando I (1367-1383), aclamado rei em diversas cidades do reino de Portugal e da Galiza, chega ao trono num período de paz, herdando um erário público abastado. Contudo, o seu governo foi bastante atribulado, enfrentando uma grave crise interna (administrativa, política e social) e uma adversa política externa (guerras com Castela, guerra dos Cem Anos, o Grande Cisma do Ocidente).

Tal conjuntura irá condicioná-lo na tomada de um conjunto de decisões com forte impacto nos destinos da nação, dedicando particular atenção ao sistema defensivo do reino, nomeadamente à reparação de muitos castelos e à construção de outros, mas também ao robustecimento da proteção dos núcleos urbanos, tendo ordenado a consolidação e a construção de novas muralhas urbanas de norte a sul de Portugal, algumas das quais subsistiram muitos séculos depois, retratadas pela iconografia moderna, ou integrando de forma mais ou menos parcial a cidade até à atualidade.

O objetivo do nosso trabalho centra-se na análise do amuralhamento dos núcleos urbanos portugueses em consequência da administração de um dos últimos monarcas medievais a investir na defesa, através da reforma e construção de novas muralhas urbanas, que irão desempenhar um papel

¹ Este trabalho é financiado por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia no âmbito do projeto MedCrafts – “Regulamentação dos mesteres em Portugal nos finais da Idade Média: séculos XIV e XV”, Ref.ª PTDC/HAR-HIS/31427/2017.

importante na estruturação do espaço urbano medieval e na sua continuidade ao longo de muitos séculos.

Palavras-chave

Cidade medieval; Governar; Defender; Muralhas; Morfologia urbana.

Governing and defending the medieval city: the walling of Portuguese medieval cities at the time of D. Fernando I (1367-1383)

Abstract

D. Fernando I (1367-1383), acclaimed king in several towns in the kingdom of Portugal and Galicia, came to the throne in a period of peace, inheriting a wealthy public treasury. However, his government was rather troubled, facing a serious internal crisis (administrative, political and social) and an adverse foreign policy (wars with Castile, the Hundred Years' War, the Great Schism in the West).

Such conjuncture would condition him in taking a set of decisions with strong impact on the destiny of the nation, devoting particular attention to the kingdom's defensive system, namely the repair of many castles and the construction of others, but also to the strengthening of the protection of the urban centres, having ordered the consolidation and the construction of new urban walls from north to south of Portugal, some of which subsisted many centuries later, portrayed by modern iconography, or integrating more or less partially the city until today.

Our work focuses on the analysis of the walling of Portuguese urban nuclei as a consequence of the administration of one of the last medieval monarchs to invest in defence, through the reform and construction of new urban walls, which will play an important role in the structuring of the medieval urban space and in its continuity over many centuries.

Keywords

Medieval city; Govern; Defend; Walls; Urban morphology.

Introdução.

A defesa, mas também o ataque, são questões centrais da história medieval europeia, à qual o reino de Portugal não foi alheio. Paralelamente à reconquista cristã, que ao longo de mais de um século opôs cristão e muçulmanos, só efetivamente terminada com D. Afonso III, em 1249, foram múltiplas as guerras em que Portugal esteve envolvido, de modo particular com o vizinho reino de Castela.

A integridade territorial do reino português face ao poderoso reino de Castela, com o qual sempre existiu rivalidade, ainda que por vezes latente, foi assegurada de forma estratégica desde sempre².

Apesar da preponderância, em número e em estratégia militar dos castelos na formação e povoamento do território português, as cidades e vilas tiveram igualmente um papel predominante que foi sendo assegurado através da construção de muralhas e alguns importantes castelos urbanos.

Esta foi uma preocupação dos monarcas portugueses desde a Reconquista, que conhece nos reinados de D. Afonso III e D. Dinis, um período verdadeiramente áureo através do desenvolvimento de vários mecanismos para a integração e fixação das populações, quer seja através da doação de cartas de foral e da construção de castelos, mas também do fomento de várias vilas e cidades.

Na realidade, desde o século XII, castelos e aglomerados populacionais foram dispostos muito criteriosamente, de modo a assegurar a integridade dos territórios conquistados. Esta prática assume-se com D. Dinis num feito verdadeiramente notável que assume contornos muito expressivos, multiplicando-se na resposta à necessidade do rápido povoamento dos lugares de fronteira, ou raia. Mário Barroca identificou com segurança 57 intervenções régias nas estruturas militares portuguesas, admitindo que pudessem ter atingido as 86 fortalezas³. Atuação que não poderá ser dissociada da assinatura do tratado de Alcanizes, em 1297, com o qual se definiu a fronteira luso-castelhana, sem prejuízo de alguns ajustamentos.

Por sua vez, Luísa Trindade analisa vinte e dois núcleos urbanos que assumiram um papel estratégico central entre 1250 a 1325, durante o reinado de D. Afonso III e D. Dinis, colocando em evidência a sua importância para o “enquadramento

² Sobre a história político-militar medieval portuguesa veja-se, entre outros, MATTOSO, José (ed.) – *Nova História Militar de Portugal*, Vol. 1. Mem Martins: Círculo de Leitores, 2003; MARTINS, Miguel Gomes – *De Ourique a Aljubarrota. A Guerra na Idade Média*. Lisboa: Esfera dos Livros, 2011; GARCÍA FITZ, Francisco; MONTEIRO, João Gouveia (eds.) – *War in the Iberian Peninsula, 700-1600*. London: Routledge, 2018.

³ BARROCA, Mário – “D. Dinis e a Arquitectura Militar Portuguesa”. *Revista da Faculdade de Letras: História* 15 (1998), pp. 801-822.

político, jurídico, económico, social e cultural das populações”, mas também como instrumento fundamental da ação régia⁴.

Deste modo, em meados do século XIV, quando D. Fernando I assume o governo de Portugal, o povoamento e a proteção militar do reino já se encontrariam bastante solidificados, herdando o monarca um território robustecido e em estado de relativa paz com os reinos vizinhos⁵. A parte introdutória da *Chronica de el-rei D. Fernando*⁶ é neste aspeto bastante ilustrativa, referindo Fernão Lopes nomeadamente que D. Fernando iniciou o seu reinado como o rei mais rico que até então havia existido, em larga medida pelos grandes tesouros que os seus pais e avós lhe haviam deixado, alguns dos quais se encontravam materializados, por exemplo, na torre do Haver, do castelo de Lisboa, mas também em muitos outros locais do reino⁷.

Todavia, o assassinato de Pedro I, o Cruel, rei de Castela, em 1369, por Henrique de Trastâmara, irá colocar D. Fernando I de Portugal na linha de sucessão direta ao trono de Castela, enquanto bisneto legítimo do monarca castelhano, Sancho IV e, simultaneamente, abrir um novo período de graves conflitos militares entre Portugal e o reino vizinho. No total foram três as guerras fernandinas, respetivamente em 1369-1371, 1372-1373 e 1381-1382, as quais já se encontram perfeitamente retratadas pela historiografia portuguesa e espanhola⁸.

Para este trabalho interessa-nos sobretudo analisar as consequências urbanísticas das Guerras Fernandinas nas principais cidades e vilas de Portugal, articulando de modo particular o sistema defensivo que possuíam e o seu eventual reforço nomeadamente por via do poder régio, assim como o impacto na estrutura e organização futura desses núcleos urbanos.

Deste modo, através de uma metodologia que cruza diferentes fontes (escritas, materiais e iconográficas) pretende-se analisar e comparar os sistemas defensivos urbanos das cidades medievais portuguesas que resultaram da ação governativa do monarca D. Fernando, tendo em conta a morfologia dos mesmos, mas também o seu impacto ao nível da paisagem das cidades da Baixa Idade Média.

⁴ TRINDADE, Luísa – *Urbanismo na composição de Portugal*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2013.

⁵ SOUSA, Armindo – *A monarquia feudal (1325-1480)*. In MATTOSO, José – *História de Portugal*. Vol. 2. Lisboa: Círculo de Leitores, 1993, pp. 310-556 (p. 490); MONTEIRO, João Gouveia – *A Guerra em Portugal nos Finais da Idade Média*. Dissertação de Doutoramento, Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1997.

⁶ LOPES, Fernão – *Chronica de el-rei D. Fernando*. 3 Vols. Lisboa: Escriptorio, 1895-1896 (Biblioteca de clássicos portugueses). Disponível em URL: <http://purl.pt/419>.

⁷ LOPES, Fernão – *Chronica de el-rei D. Fernando...*, Vol. 1, p. 7-8.

⁸ Da diversa bibliografia sobre o tema, referia-se por exemplo GOMES, Rita Costa – *D. Fernando*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2005; MARTINS, Armando – *Guerras Fernandinas (1369-1382)*. Lisboa: Quidnovi, 2008.

O amuralhamento das cidades medievais portuguesas no tempo de D. Fernando I (1367-1383)

Na realidade, apesar de todo o investimento na defesa do reino realizado pelos monarcas anteriores, Portugal apresentava debilidades a que D. Fernando não era alheio. Mesmo antes da primeira investida de D. Henrique II de Castela sobre o reino de Portugal, D. Fernando I, a partir do castelo de Porto de Mós, onde esteve alguns dias, mandou fazer saber por todo o reino quem poderia ser cavaleiro, ter cavalos e armas e ser besteiro e homens de pé, mandando também os corregedores das comarcas verificar como estavam os castelos, ordenando a reparação de muros, torres e cavas de redor, e poços e cisternas onde deveriam existir, e às portas, paredes, travessas e pontes levadiças e cadafalsos, fornecê-los de armas e cubas e outras vasilhas, ficando encarregues pelas despesas os seus almoxarifes⁹.

Na realidade, a condução da vida política, a aplicação da justiça e a proteção do reino eram prerrogativas do rei. Para a sua concretização, os monarcas apoiavam-se num conjunto de indivíduos que integravam os órgãos de poder local situados na sua dependência direta, que lhe permitiram em algumas situações exercer um efetivo controlo da Coroa sobre o poder local, nomeadamente nos centros urbanos mais relevantes¹⁰.

A primeira Guerra Fernandina (1369-1371) terá como palco principal o norte de Portugal, e resultou numa curta, mas significativa investida do novo monarca castelhano, Henrique II, que, desta forma, procurava por fim ao apoio da Galiza ao rei português para ocupar o trono de Castela, enquanto bisneto legítimo de Sancho IV.

Henrique II ataca e toma Braga em agosto de 1369, por um período de seis dias, cerca Guimarães a 1 de setembro, cidade que não consegue conquistar e, apreensivo com as notícias dos tumultos que ocorriam na Andaluzia, levanta o cerco a Guimarães e parte para o seu reino, não sem antes tomar alguns núcleos portugueses, Vinhais, Bragança, Outeiro de Miranda e Cedovim, em setembro de 1369¹¹.

A considerar a Crónica de Fernão Lopes, uma das cidades que mais sofreu com a primeira incursão castelhana foi Braga, aparecendo retratada no capítulo intitulado “Como el rei D. Henrique cercou Braga e a cobrou por preitesia”¹². A descrição elaborada pelo cronista inclui vários dados relativos às características urbanas da cidade,

⁹ LOPES, Fernão – *Chronica de el-rei D. Fernando ...*, vol. 1, pp. 13-14.

¹⁰ MORENO, Humberto Baquero – “O poder central e o poder local: modos de convergência e de conflito nos séculos XIV e XV”. *Revista de História* 8 (1988), pp. 53-68; MORENO, Humberto Baquero – “As oligarquias urbanas e as primeiras burguesias em Portugal”. *Revista da Faculdade de Letras. História* 11 (1994), pp. 111-136.

¹¹ LOPES, Fernão – *Chronica de el-rei D. Fernando...*, Vol. 1, Capítulo XXXIII: “Como el rei D. Henrique cercou Braga e a cobrou por preitesia”, p.104.

¹² LOPES, Fernão – *Chronica de el-rei D. Fernando...*, Vol. I, Capítulo XXXIII, p. 104.

certamente comuns a muitos outros núcleos urbanos neste período:

“o lugar era grande e mal armado, sem haver ahi mais d’uma torre, em lugar ainda que não prestava, era bem azado para se tomar como na cidade estava pouca gente ... o muro fosse baixo ... e depos que el-rei ahi esteve seis dias, vendo que era má de manter, desde ahi a terra gastada de mantimentos, pozeram-lhe fogo e foram-se a Guimarães, que são d’ahi três léguas”¹³.

O pequeno núcleo alto medieval de Braga, que reaproveitava o traçado norte da muralha romana do Baixo-império, havia começado a alargar-se progressivamente desde o século XIII para norte e nordeste, no sentido do castelo, começado a construir nos inícios do século XIV, ao qual pertenceria certamente a torre enumerada por Fernão Lopes, provavelmente a torre de menagem do castelo¹⁴.

A jogar pelos dados referentes ao estado de degradação e abandono de algumas casas de morada pertença do Cabido existentes na cidade em 1369-1380, a decadência e a crise demográfica vivida na Arquidiocese de Braga desde o segundo quartel do século XIV, motivada pela peste negra e subsequente fome, tiveram repercussões diretas na cidade, que foram significativamente agudizadas com os estragos acometidos pelas tropas castelhanas, nomeadamente a destruição de quase uma centena de casas de morada nas ruas extramuros¹⁵.

Certamente que a importância da cidade dos Arcebispos no contexto nacional e os pesados danos infligidos pelas tropas castelhanas justificaram a intervenção de D. Fernando I na conclusão da nova cerca, que duplica a área amuralhada alto-medieval, bem como o reforço de todo o perímetro defensivo com torreões. A nova cerca passa a incluir o castelo, o paço arquiépiscopal e uma extensa área por urbanizar, onde se localizavam maioritariamente propriedades rurais do arcebispo¹⁶.

A nova muralha, também conhecida por muralha fernandina, adquire agora uma planta de contorno subcircular, centrada na Sé, sendo composta por oito portas, três já existentes, e dois postigos, um dos quais também herdado do sistema defensivo alto-medieval. A construção desta muralha representou um marco decisivo na consolidação da cidade medieval de Braga, condicionando o seu desenvolvimento

¹³ LOPES, Fernão – *Chronica de el-rei D. Fernando...*, Vol. I, Capítulo XXXIII, p. 104.

¹⁴ RIBEIRO, Maria do Carmo – *Braga entre a época romana e a Idade Moderna. Uma metodologia de análise para a leitura da evolução do espaço urbano*. Tese de Doutoramento, Braga: Universidade do Minho, 2008. 2 Vols., pp. 332-422.

¹⁵ RIBEIRO, Maria do Carmo – “População e espaço urbano. Braga em finais do século XIV”. In *Atas do II Congresso Internacional. As Cidades na História: Sociedade*, Vol. IV: *Cidade Medieval*. Guimarães: Câmara Municipal, 2019, pp. 179-217

¹⁶ RIBEIRO, Maria do Carmo – “O poder de fabricar a paisagem urbana medieval. Materialidades e discursos na cidade medieval de Braga”. In ANDRADE, Amélia A.; TENENTE, Catarina; SILVA, Gonçalo M.; PRATA, Sara (eds.) – *Espaços e poderes na Europa Urbana Medieval*. Lisboa: IEM - Instituto de Estudos Medievais da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade de Lisboa/Câmara Municipal de Castelo de Vide, 2018, pp. 359-380.



Fig. 1 – Muralha fernandina de Braga.

até ao século XIX, tanto intra como extramuros, para o qual contribuíram as portas e as vias que a elas conduzem, como bem ilustra a figura 1, fenómeno comum a todos os outros núcleos urbanos que conheceram a construção de novas muralhas neste período, como foi o caso da vila de Ponte de Lima.

Apesar da probabilidade de poder ser mais antiga¹⁷, os dados mais seguros apontam para que o início da construção da cerca urbana de Ponte de Lima tenha ocorrido no reinado de D. Pedro I, no ano de 1359, e que passados onze anos, em 1370, o amuralhamento de Ponte de Lima já se encontraria completo, no reinado de

¹⁷ ANDRADE, Amélia Aguiar – *Um espaço urbano medieval: Ponte de Lima*. Lisboa: Livros Horizonte. 1990, p. 56, nota 22.

D. Fernando I¹⁸.

Aproveitando o investimento inicial de D. Pedro I, D. Fernando I terá dado indicações precisas acerca da sua construção e conclusão como o próprio refere numa carta de 14 de junho de 1372 enviada ao seu corregedor, Domingos Peres, onde refere que “a dicta villa nom era povoada como compria, e que a *cerca que nos hi mandamos fazer e acabar era grande* e que era nosso serviço de se povoar melhor¹⁹. O envolvimento de Ponte de Lima nas peripécias bélicas da 1ª guerra é conhecido (1369-71), assim como a passagem do exército castelhano durante a 2ª guerra (1372-73). Conhecidas são também as consequências da peste e das fomes que afetavam o reino, agudizando-se agora a crise demográfica com a guerra. Desta forma, a conclusão da muralha de Ponte de Lima permitiu não só dar resposta à defesa do núcleo urbano, cercando uma área de cerca de 7 hectares, mas também à vila beneficiar das vantagens económicas que estas estruturas permitiam²⁰. A muralha, de perímetro ovoide irregular, com mais de um quilómetro de extensão, integrava nove torres e cinco portas que permitiam ligar Ponte de Lima às principais localidades da periferia²¹. Apesar de sucessivamente melhorado, assim como alterado



Fig. 2 – Muralhas fernandinas (Ponte de Lima e Viana do Castelo)

ao longo dos séculos seguintes, o sistema defensivo do século XIV produziu um efeito marcante e condicionador da morfologia urbana medieval da vila, que se perpetuou

¹⁸ BARROCA, Mário Jorge – *Epigrafia medieval portuguesa (862-1422)*. Porto: FCG e FCT, 2000, Vol.2, t. 2, p. 1735.

¹⁹ Arquivo Municipal de Ponte de Lima, Livro I das Correias, fólio 21.

²⁰ ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de – *Alto Minho*. Lisboa, 1987, p. 101

²¹ MARQUES, A. H. de Oliveira; GONÇALVES, Iria; ANDRADE, Amélia Aguiar – *Atlas das Cidades Medievais Portuguesas*. Lisboa, pp. 19-20.

até aos nossos dias, e ainda hoje é perceptível no plano urbano, ainda que do sistema defensivo muito pouco tenha sobrevivido.

Do ano de 1372, no contexto da segunda Guerra Fernandina, data igualmente a ordenação de D. Fernando I para que se procedessem a obras na muralha de Beja. A seguir ao primeiro impulso para reconstruir a fortificação bejense por Afonso III, em 1253, registam-se uma série de melhoramentos nomeadamente com D. Dinis, a quem se ficou a dever a construção de uma torre na muralha da vila, mas também a construção da torre de menagem, em 1310. Os trabalhos prosseguiram no reinado de Afonso IV (1325-1357), efetuadas pelo vedor João (?) Domingues de Beja e Afonso Mendes²² e depois com D. Fernando I que, ao que tudo indica, terá ordenado uma grande reforma na fortificação, em 1372²³, que incluiu arranjos na torre de menagem do Castelo, definido desta forma a fisionomia do sistema defensivo medieval, que antecede as grandes obras de beneficiação realizadas por D. Manuel, no século XVI.

As muralhas de Ponte de Lima e de Beja, à semelhança das de Braga, ainda que com áreas amuralhas diferentes, incluíam no seu interior muitos espaços por urbanizar, circunstância que vai permitir o adensar populacional e urbano intramuros ao longo dos séculos seguintes, funcionando simultaneamente como uma barreira que condiciona o desenvolvimento urbano intra e extramuros, o que, em larga medida, vai originar a sua destruição em variados momentos de incremento urbano da história dos núcleos. A título de exemplo refira-se ainda o caso de Viana do Castelo, medieval Viana do Lima, que conhece igualmente com D. Fernando I a conclusão de um segundo perímetro defensivo²⁴, envolvendo uma área mais extensa, não completamente urbanizada, onde nomeadamente ao longo do século XV vão ser construídos alguns edifícios importantes, como a nova igreja matriz, a nascente, e o hospital, a poente²⁵. Destas muralhas, de forma oval, com aproximadamente 665 metros de perímetro e quatro portas praticamente já nada sobrevive, muito embora o centro histórico atual fossilize ainda o pequeno perímetro defensivo, como se pode observar na figura 2.

Porém, o amuralhamento dos núcleos urbanos no tempo de D. Fernando I teve igualmente como propósito proteger e integrar no seu seio o crescimento urbano extramuros que se registava em algumas das principais cidades do reino, como Lisboa, Porto ou Santarém.

A cidade de Lisboa foi o principal alvo das incursões castelhanas ocorridas

²² BARROCA, Mário – *Epigrafia Medieval Portuguesa...*, Vol. II, t. 2, p. 1946.

²³ BARROCA, Mário – *Epigrafia Medieval Portuguesa...*, Vol. II, t. 2, p. 1946.

²⁴ ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de – “Muralhas românicas e cercas góticas de algumas cidades do Centro e Norte de Portugal: a sua lição para a dinâmica urbana de então”. In *A simbólica do espaço: cidades, ilhas, jardins*, 1991, pp. 137-141.

²⁵ TEIXEIRA, Manuel C. e VALLA, Margarida – *O Urbanismo Português: séculos XIII-XVIII*. Lisboa: Livros Horizonte, 1999, pp. 34-37.

na segunda invasão, entre 1372 e 1373. De acordo com Fernão Lopes, esta invasão envolveu vários núcleos populacionais do norte do reino, nomeadamente Valença, Barcelos e Faria²⁶, mas, como D. Henrique II procurava essencialmente o confronto direto com D. Fernando I e o monarca português se terá refugiado em Lisboa, o placo principal foi esta última cidade, que acabaria por alcançar em 1373. Partindo de Zamora, D. Henrique II foi subjugando vários núcleos como Almeida, Pinhel, Linhares, Celorico e Viseu, cidade que terá sido muito fácil de tomar porque não tinha qualquer cerca defensiva²⁷. Na perseguição a D. Fernando I, que se encontrava em Coimbra, mas rapidamente decide abandonar a cidade e confrontar-se com Henrique II em Santarém, as tropas castelhanas acabam por cercar Coimbra, partindo rapidamente para Torres Novas e daí para Santarém, ficando a saber em Alcanhões, ainda antes de chegar ao destino, que D. Fernando I não o iria enfrentar e partira antes para Lisboa, cidade que, de acordo com Fernão Lopes, não teria condições defensivas capazes de fazer frente às tropas castelhanas: "... Lisboa era toda devassa e não tinha outra guarda nem defesa salvo a cerca velha, que é desde a porta do Ferro até a porta d'Alfama e desde o chafariz d'El-rei até a porta de Martim Moniz, e toda a outra cidade era devassa na qual moravam muitas gentes abundadas de grandes riquezas e bens ..."²⁸. A cerca velha de Lisboa não tinha condições para albergar toda a população, que opta por fugir da cidade, nem o castelo cumpriria com as questões defensivas necessárias, tendo D. Fernando I mandado inclusivamente derrubar as casas que estavam juntas com o muro para os castelhanos não as usassem para daí atacarem²⁹. D. Henrique II de Castela comandava e assistia do miradouro do Convento de S. Francisco aos ataques sobre Lisboa, com grandes confrontos na porta do Ferro e na porta do Mar, tendo ardido todas as casas da Rua Nova e freguesia da Madalena e de S. Julião, assim como a judiaria, ou seja, a melhor parte da cidade³⁰.

O estado devastado de Lisboa e a sua importância estratégica para a perda e defesa do reino impeliram D. Fernando I a ordenar, firmada a paz com Castela, em 1373, a construção de uma nova "boa e defensável cerca, de guisa que nenhum rei lhe podesse empecer, salvo com grande multidão de gente e fortes artificios de guerra"³¹, obra que contou com a mobilização de muita gente das regiões dos arredores de Lisboa para que ficasse concluída antes dos finais de 1375. As obras tiveram início na parte mais pobre da cidade, ficando acordado que começassem "primeiramente, da porta de Martim Moniz vindo para a porta de Santo André, dês-ahi por Santo

²⁶ LOPES, Fernão – *Chronica de el-rei D. Fernando...*, Vol II, Capítulo LXXVIII, p. 59.

²⁷ LOPES, Fernão – *Chronica de el-rei D. Fernando...*, Vol II, Capítulo LXXI, p. 36.

²⁸ LOPES, Fernão – *Chronica de el-rei D. Fernando...*, Vol II, Capítulo LXXIII, p. 45.

²⁹ LOPES, Fernão – *Chronica de el-rei D. Fernando...*, Vol II, Capítulo LXXIII, p. 46.

³⁰ LOPES, Fernão – *Chronica de el-rei D. Fernando...*, Vol II, Capítulo LXXVII, p. 56 e 57.

³¹ LOPES, Fernão – *Chronica de el-rei D. Fernando...*, Vol II, Capítulo LXXXVIII, p. 95.

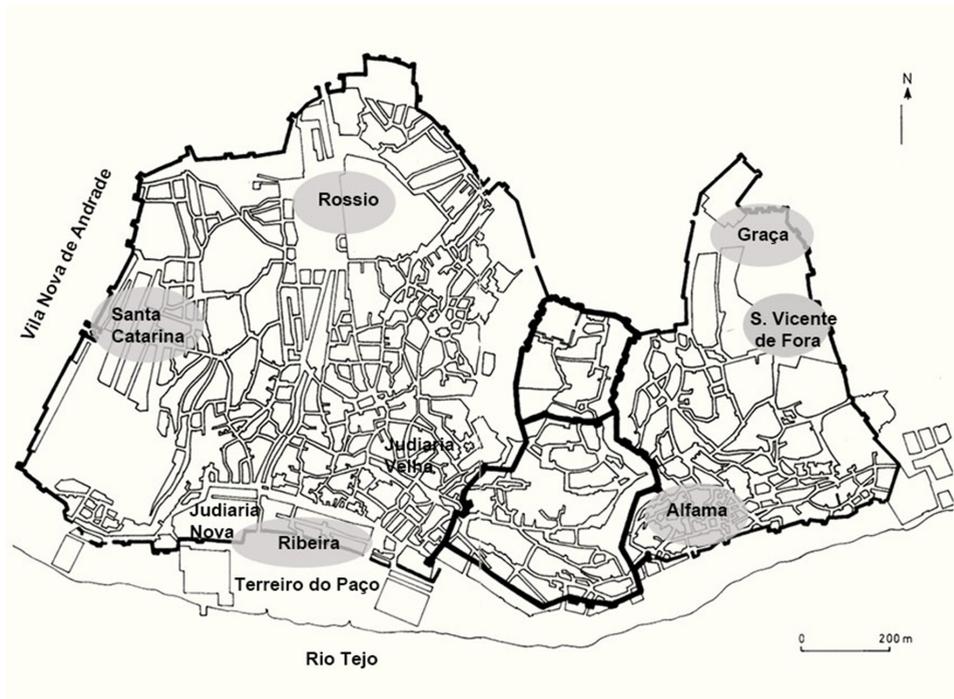


Fig. 3 – Muralhas fernandinas de Lisboa (adaptado de MARQUES et al 1990: 58-59)

Agostinho e por S. Vicente de Fora e assim pela Ribeira até a torre de S. Pedro...³².

O alargamento da cerca velha de Lisboa é de facto surpreendente, assim como o foi o crescimento extramuros registado sobretudo a partir do século XIII. Na realidade, até ao século XII, a defesa da cidade era assegurada pela muralha de origem romana, ainda que com adaptações e acrescentos resultantes nomeadamente da intensa ocupação islâmica, e dividida pela alcáçova e a almedina, que englobavam uma área um pouco superior a 15,5 hectares. Nos finais do século XIII, em 1295, D. Dinis aumenta a área amuralha, com a construção de um tramo na frente ribeirinha, mas que nunca foi concluída³³. Em 1373, a muralha mandada edificar por D. Fernando passa a cercar uma área urbana de aproximadamente 104 hectares, que inclui a cerca moura e a muralha dionisiana, mas também os novos polos urbanos surgidos a ocidente da cerca moura (Santa Catarina e Rossio) mas também a oriente (Alfama, arrabalde de origem islâmica, S. Vicente de Fora e Graça).

³² LOPES, Fernão – *Chronica de el-rei D. Fernando...*, Vol II, Capítulo LXXXVIII, p. 96.

³³ FRANÇA, José-Augusto – *Lisboa: História Física e Moral*. Lisboa: Livros Horizonte, 2009, pp. 64-68 e pp. 78-84; SILVA, Carlos G. – *Lisboa Medieval. A organização e a estruturação do espaço urbano*. Lisboa: Colibri, 2010, pp. 148-179 e pp. 173-179; SILVA, Manuel Fialho – *Mutação urbana na Lisboa Medieval: das Taifas a D. Dinis*. Tese de Doutoramento, Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2017, pp. 291-357.

Na realidade, o desenvolvimento destes diferentes polos manteve uma estreita relação com as portas da cerca moura e os caminhos que delas derivavam, ocorrendo, no entanto, sem os constrangimentos impostos pelas muralhas. É certo que a topografia acidentada de Lisboa e a estreita relação económica que manteve com o rio desempenharam um papel determinante na formação do tecido urbano. No entanto, em muitos destes núcleos, nomeadamente a oeste da cerca moura regista-se um sistema viário com ruas mais amplas que converge maioritariamente para lugares centrais, como é o caso do núcleo de Vila Nova de Santa Catarina, com esboços de arruamentos ortogonais, desenvolvido em torno do mosteiro de S. Francisco, no reinado de D. João I³⁴, ou do Rossio, onde se instalam os dominicanos. O eixo Rossio-Ribeira era nos finais do século XIV uma zona de grande dinamismo urbano, onde se situavam algumas das mais importantes artérias, construções e atividades diversas, nomeadamente económicas e sociais³⁵.

Mas, a muralha fernandina de Lisboa, que incluiu igualmente no seu interior áreas pouco urbanizadas, que o serão ao longo dos séculos seguintes, viria a constituir-se, simultaneamente, logo no século XV, numa barreira ao crescimento e dinamismo urbano, circunstância que originou o derrube de um dos seus tramos. Referimo-nos em concreto à zona da Ribeira e às alterações operadas nesta zona pelo rei D. Manuel I, no século XVI, com o objetivo de proceder à sua reorganização e expansão urbana, que incluíram a construção do novo paço régio, dos armazéns e da alfândega, sendo para tal necessário destruir a muralha ou inutilizar a sua função defensiva³⁶.

No âmbito das guerras fernandinas, também Santarém assume um papel de relevo, sobretudo diplomático, para o qual terão contribuído a importância económica e política que detinha, assim como as ligações afetivas de D. Fernando à vila onde se encontra sepultada a sua mãe³⁷. Na verdade, Santarém possui uma longa tradição ocupacional, encontrando-se localizada estrategicamente sobre o rio Tejo, numa zona muito fértil do ponto de vista agrícola. Regista, desde o século XIII um elevado dinamismo urbano, apresentado uma estrutura urbana muito marcada pela topografia acidentada do local e pela existência de vários polos de desenvolvimento multifuncional (económicos, políticos e judiciais, cívicos e religiosos), ligados por eixos viários de morfologia regular, que permitem a sua conexão com as portas

³⁴ CARITA, Hélder – *Lisboa manuelina e a formação de modelos urbanísticos da época moderna: 1495-1521*. Lisboa: Livros Horizonte, 1999, pp. 37-41.

³⁵ GONÇALVES, Iria – *Um olhar sobre a cidade medieval*. Cascais: Patrimonia, 1996, pp. 11-75. RIBEIRO, Maria do Carmo; MELO, Arnaldo Sousa – “O papel dos sistemas defensivos na formação dos tecidos urbanos (Séculos XIII-XVII)”. In RIBEIRO, Maria do Carmo; MELO, Arnaldo Sousa (coords.) – *Evolução da paisagem urbana: transformação morfológica dos tecidos históricos*, Braga: CITCEM; IEM, 2013, pp. 183-222. SILVA, Manuel Fialho – *Mutação urbana na Lisboa Medieval...*, pp. 291-357.

³⁶ FRANÇA, José-Augusto – *Lisboa - História Física e Moral...*, pp. 129-144 e ss. e pp. 157-160; CARITA, Hélder – *Lisboa manuelina ...*, pp. 27-43.

³⁷ BEIRANTE, Maria Ângela – “Santarém nas crónicas de Fernão Lopes”. In *O Ar da Cidade. Ensaios de História Medieval e Moderna*. Lisboa: Colibri, pp.155-168.

nível mais elevada do planalto⁴¹. A estrutura urbana medieval de Santarém encontra-se atualmente bastante bem preservada, o mesmo não se verificando com as suas muralhas.

D. Fernando não mandou apenas fortalecer ou erigir novas cercas defensivas nos aglomerados afetados diretamente pelas invasões castelhanas, mas também em núcleos implantados em zonas estratégicas, como foi o caso de Viana do Castelo, já referida, ou do Porto.

No caso do Porto, à semelhança de Lisboa, a área urbana há muito que havia extravasado os limites definidos pela cerca alto medieval, reutilizada desde tempos romanos e que constituía um pequeno reduto no cimo de um morro, com um perímetro de aproximadamente 750 metros, defendendo uma superfície de 3 hectares, com apenas 4 portas⁴². As iniciativas para dotar a cidade com novas e maiores muralhas terão começado com Afonso IV (1325-1367) e continuado com o seu filho, D. Pedro I numa ação conjunta entre os monarcas e o concelho. Face ao desenvolvimento da cidade, nomeadamente em direção à zona ribeirinha do Douro, mas também para norte para os morros de Penaventosa e da Cividade, a nova cerca só será terminada em 1376, no tempo de D. Fernando I⁴³, passando a englobar uma área superior a 44 hectares, com um perímetro de cerca de 2600 metros e 18 portas⁴⁴. A muralha do Porto passa assim a englobar uma área urbana muito próxima à de Santarém (45 hectares) e à de Évora (50 hectares), que, depois de Lisboa, possuíam as maiores superfícies amuralhadas. Apesar das alterações posteriores ao sistema defensivo medieval, o seu traçado é ainda identificável na malha urbana da cidade, dele se conservando partes significativas, nomeadamente uma secção de muralha ameaçada, com caminho de ronda e protegida por duas torres quadrangulares.

O processo de amuralhamento realizado na cidade do Porto por D. Fernando I encontra semelhanças em outros núcleos urbanos, como no de Elvas, onde as últimas muralhas medievais também têm sido tradicionalmente designadas de fernandinas. De forma similar, o crescimento urbano medieval de Elvas muito para além da área protegida pela primitiva muralha de génese islâmica justificou a construção de uma nova cerca que passou a integrar os arrabaldes e bairros individualizados existentes na periferia, que, tal como no Porto, terá sido iniciada no reinado de D. Afonso IV, cabendo a D. Fernando I a sua finalização, em 1378⁴⁵. No entanto, no caso de Elvas, situada junto à fronteira com Castela, e por inúmeras vezes ao longo

⁴¹ BEIRANTE, Maria Ângela – *Santarém Medieval*, Lisboa, 1980.

⁴² MARQUES, A. H. de Oliveira; GONÇALVES, Iria; ANDRADE, Amélia Aguiar – *Atlas das Cidades Medievais Portuguesas...*, pp. 23-26.

⁴³ SOUSA, Armindo – “Tempos Medievais”. In RAMOS, Luís O. (dir.) – *História do Porto*. Porto: Porto Editora, 1994, pp. 118-253.

⁴⁴ MARQUES, A. H. de Oliveira; GONÇALVES, Iria; ANDRADE, Amélia Aguiar – *Atlas das Cidades Medievais Portuguesas Medievais Portuguesas...*, pp. 23-26.

⁴⁵ BRANCO, Fernando – *Elvas na Idade Média*. Évora: Colibri, 2013, pp. 157-198.

da Idade Média sujeita a cercos castelhanos, a muralha fernandina foi repetidamente posta á prova, inclusivamente pelas forças portuguesas opositoras a D. Fernando I, durante o cerco de 25 dias, em julho de 1381, levado a acabo pelo português Infante D. João⁴⁶. Mormente a circunstância de parte da estrutura da muralha medieval ter sido reutilizada na construção de uma nova fortificação no século XVI, o perímetro fernandino deveria rondar os cerca de 2200 m, envolvendo uma área com cerca de 30 hectares, sendo dotada de várias torres e portas⁴⁷.

Entre os núcleos de maior dimensão na hierarquia urbana medieval portuguesa, e que simultaneamente tiveram intervenções na sua arquitetura militar durante o reinado de D. Fernando I, refira-se ainda a cidade episcopal de Évora, a segunda maior cidade do reino, eleita para residência por vários soberanos e a corte portuguesa, ao longo dos séculos XIV e XV⁴⁸. Num processo de crescimento urbano periférico semelhante aos referidos anteriormente, de Lisboa, do Porto e de Elvas, respetivamente, onde o ancestral pequeno núcleo amuralhado, sucessivamente ocupado, há muito que não correspondia às necessidades defensivas do núcleo, Évora conhece a construção de uma nova cintura de muralhas ao longo do século XIV. A edificação desta nova cerca já se encontraria definida em 1365, ano em que se realizavam trabalhos na barbacã, fossos e muros⁴⁹, no reinado, portanto, de D. Afonso IV, monarca que residiu por largos períodos de tempo em Évora. Os trabalhos terão continuado no reinado de D. Fernando I, nomeadamente a abertura de uma porta na muralha (Porta do Raimundo, 1373) circunstância que tem levado alguns autores a referirem-se à nova cerca como “fernandina”. Todavia, o que parece certo é que as obras estariam concluídas à época do reinado de Fernando I, devendo, portanto, ter sido realizadas no reinado do seu antecessor, D. Afonso IV. A nova cintura defensiva, com cerca de 4 Km de perímetro, passou a abarcar a grande expansão urbana de Évora a partir do século XIII, possuindo, no entanto, no seu interior muitos espaços livres, permitindo o adensar da malha urbana intramuros ao longo dos séculos seguintes, mas também de certo modo que a fisionomia medieval se perpetuasse, em alguns casos até à atualidade.

Vários outros núcleos urbanos foram alvo de intervenções em matéria de defesa por D. Fernando I, que não poderemos aqui mencionar. Refira-se, para finalizar, o caso de Óbidos⁵⁰, cuja construção da *Cerca Nova*, em 1376, ficou ao encargo do Vedor João Eanes do Pó, que inclusivamente, no ano seguinte, assume o cargo de

⁴⁶ BRANCO, Fernando – *Elvas na Idade Média...*, pp. 157-198.

⁴⁷ BRANCO, Fernando – *Elvas na Idade Média...*, pp. 157-198

⁴⁸ BEIRANTE, Ângela – *Évora na Idade Média*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1995.

⁴⁹ BEIRANTE, Ângela – *Évora na Idade Média*, pp. 46-59; 112-119.

⁵⁰ SILVA, Manuela Santos – *Óbidos Medieval: estruturas urbanas e administrativas concelhias*. Tese de mestrado, Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1987.

alcaide do castelo⁵¹. A envergadura das obras no sistema defensivo mandadas realizar por D. Fernando I terá obrigado inclusivamente à participação nos trabalhos dos habitantes de algumas povoações dos coutos vizinhos, mediante a aplicação do imposto da anúduva⁵². A área urbana rodeada por muralhas atinge os cerca de 15,7 hectares, praticamente idêntica à área de Braga, muito embora o recinto urbano de Óbidos apresente planta triangular irregular, com linhas de muralha retilíneas, reforçadas por torres quadrangulares de grandes dimensões. Tal como a alcáçova,



Fig. 5 – Imagem aérea de Óbidos.

datada de período islâmico, mas sucessivamente restaurada e ampliada, o perímetro da almedina encontra-se claramente adaptado à topografia do terreno. Apesar de continuamente conservados e restaurados, o castelo, onde subsiste ainda a torre de menagem conhecida como Torre de D. Fernando, e a cerca urbana de Óbidos, assim como toda a cidade constituem-se num marco histórico-cultural da Idade Média portuguesa.

Governar e defender a cidade no tempo de D. Fernando I (1367-1383): O impacto urbano das muralhas fernandinas

As incursões castelhanas e as consequentes medidas defensivas tomadas no reinado de D. Fernando I colocam em evidência várias questões relacionadas com as alterações ocorridas na baixa Idade Média, nomeadamente com a alteração das estratégias de guerra, que passam a privilegiar o ataque e conquista dos núcleos urbanos em

⁵¹ SILVA, Manuela Santos – *O Concelho de Óbidos na Idade Média*. Lisboa: s.n, 2008, p. 249.

⁵² SILVA, Manuela Santos – *O Concelho de Óbidos na Idade Média...*, p. 133.

detrimento dos castelos, e a importância crescente dos núcleos urbanos. Sendo certo que por natureza os sistemas defensivos respondem a uma função militar primária, materializando as necessidades básicas de proteção em caso de ataque, a existência de muralhas urbanas reflete igualmente a importância atribuída à defesa da cidade e, por conseguinte, à relevância da mesma, em termos políticos, económicos, administrativos e culturais⁵³.

No entanto, também é verdade que no panorama do reino português de meados de trezentos existiam aglomerados urbanos, nomeadamente cidades e vilas particularmente relevantes como Braga, Guimarães, Ponte de Lima, Elvas, Óbidos ou Santarém cujo crescimento que vinham a registar não foi sendo acompanhado por cercas defensivas adequadas à sua proteção. Para não mencionar Lisboa, a maior cidade do reino, um exemplo particularmente manifesto. Se por um lado, a importância destes núcleos fica desde logo demonstrada pelo facto de terem sido eleitos na estratégia de ataque de Henrique II de Castela, encontrando-se localizados, grande parte deles, longe da linha de fronteira com Castela, e ineficácia do seu sistema defensivo fica provada pelas pesadas derrotas e destruição que conheceram.

Estas circunstâncias justificavam a intervenção defensiva da Coroa e fazem com que D. Fernando I ordene num curto espaço de tempo inúmeras obras de construção, de restauro e reforço das muralhas urbanas nos núcleos atacados diretamente pelas tropas castelhanas, mas também um pouco por todo o reino, em locais que não foram diretamente afetados pelas Guerras Fernandinas. Esta atuação do monarca, torna evidente que a estratégia defensiva por parte D. Fernando I procurava antecipar futuros ataques, investindo em locais que julgava mais vulneráveis à invasão castelhana, seguramente devido à importância destes núcleos urbanos no computo geral do reino. Desta forma, D. Fernando I chama a si o exercício das prerrogativas régias contribuindo para a construção de um dos elementos urbanos mais carismáticos das cidades medievais e uma marca indiscutível da materialização do poder de quem os mandou construir, passando “à história como o monarca construtor de cercas por excelência”⁵⁴. Deste modo, aos inúmeros castelos distribuídos criteriosamente pelo reino, sobretudo junto da linha de fronteira, e aos existentes nos aglomerados urbanos, assim como às velhas cercas, muitas das quais de origem romana e/ou muçulmana, juntam-se novas e maiores muralhas urbanas de iniciativa régia.

Todavia, importa não minorar a atuação dos monarcas que antecederam D. Fernando I em prol da defesa do amuralhamento dos núcleos urbanos, pois, como vimos, no contexto geral da obra defensiva, algumas obras militares ordenadas no tempo de D. Fernando I foram comparativamente de menor envergadura, por vezes

⁵³ DE SETA, Cesare; LE GOFF, Jacques (eds.) – *La ciudad y las murallas*. Madrid: Catedra, 1991.

⁵⁴ MARQUES, A. H. de Oliveira – *Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV*, vol. IV da *Nova História de Portugal*, SERRÃO, Joel e MARQUES, A. H. de Oliveira (Dir.). Lisboa: Editorial Presença, 1987, p. 182.

apenas de remate ou conclusão dos trabalhos já iniciados, como terá sido o caso da cerca de Ponte de Lima, do Porto, Elvas ou Évora. Esta circunstância, permite inclusivamente questionar a denominação generalizada dada a todas as cercas em que se registam trabalhos ordenados no reinado de D. Fernando I como cercas fernandinas.

Na realidade, como podemos verificar, em alguns núcleos urbanos o amuralhamento no tempo de D. Fernando I beneficiou das iniciativas realizadas pelos monarcas que o antecederam, nomeadamente de Afonso IV, que em alguns casos foram determinantes para a definição de grande parte do seu perímetro, registando no tempo de D. Fernando I apenas obras de remate ou de melhoramento.

Porém, importa igualmente não perder de vista que a construção de uma estrutura defensiva dependia muito dos meios disponibilizados, raramente correspondendo a uma operação rápida, constituindo na generalidade dos casos um elemento em permanente e constante melhoramento e reconstrução. Equacionar esta circunstância torna-se de grande relevância na hora de atribuir o feito da construção de uma muralha a um monarca em concreto, como se tem verificado com as ditas muralhas fernandinas. Contudo, ainda assim, encontramos casos de exceção como bem exemplifica a edificação da grande muralha de Lisboa, construída em apenas dois anos, que contrasta claramente com o tempo que levaram a construir as do Porto, cerca de 30 anos.

Igualmente, para além de se tratar de um processo quase sempre lento, a construção de muralhas era dispendiosa, custeada pelos poderes régio, senhorial, nomeadamente eclesiástico ou pelos concelhos, muito embora o apoio dos monarcas na Idade Média tivesse sido decisivo para a edificação de recintos mais ambiciosos⁵⁵. Em alguns dos exemplos atrás referidos verifica-se que houve uma repartição dos encargos defensivos entre o rei e o concelho, ou o senhorio, tendo o rei, D. Fernando I, assegurado a construção dos elementos de maior prestígio, sobretudo torres, e ficando as obras mais dispendiosas e morosas ao encargo do concelho/senhorio, como ocorreu em Braga ou Óbidos⁵⁶.

Contudo, na prática, o esforço da construção e/ou reparação dos sistemas defensivos recaiu maioritariamente sobre os habitantes dos núcleos urbanos e também da periferia, que estavam obrigados a custear e a trabalhar nas obras relacionadas com a defesa e proteção das muralhas, designadamente através do

⁵⁵ ARÍZAGA BOLUMBURU, Beatriz; SOLÓRZANO TELECHEA, Jesús Ángel – *La gobernanza de la ciudad europea en la Edad Media*. Nájera: Instituto de Estudios Riojanos, 2011.

⁵⁶ BARROCA, Mário – *Epigrafia Medieval Portuguesa ...*, Vol. I, p. 347.

imposto da anúduva⁵⁷. Ilustremos, mais uma vez com o caso de Lisboa, descrito por Fernão Lopes, “... mandou que servissem em ella per corpos ou per dinheiro, pèra seer a pressa cercada, estes seguintes logares, scilicet..., assi os moradores dos logares come dos termos; e huus serviam per adua e outros davom certas fornadas de call, a quail tragiãam aa sua custa aa cidade em barcas...”⁵⁸.

Além destas circunstâncias, que beneficiariam obviamente de maior reflexão e debate, importa igualmente considerar o impacto na morfologia urbana das muralhas fernandinas, ou talvez de forma mais correta, das muralhas urbanas existentes no final do reinado de D. Fernando I.

Regra geral, as muralhas góticas, à semelhança da generalidade das muralhas, encontravam-se adaptadas à topografia do terreno, à disposição dos arrabaldes e à organização dos caminhos, circunstâncias que condicionaram a forma do seu perímetro, adotando a forma circular ou curvilínea, oval ou elíptica, facto que deu origem a diferentes configurações de cidades⁵⁹.

Nos casos em que os núcleos se estabelecem em locais de relevo acidentado (em ladeira, esporão, colina ou outeiro), a parte mais elevada da cidade era ocupada, normalmente, pelo castelo/alcáçova, onde residiam os poderes urbanos, desenvolvendo-se progressivamente através dos caminhos mais ou menos irregulares até à base mais aplanada, apresentando normalmente uma muralha irregular, muito embora esta possa igualmente possuir, nalguns casos, uma envolvente curva – circular ou elíptica –, frequentemente adaptada às curvas de nível, muitas vezes, em resultado de ampliações posteriores, como é o caso das muralhas do Porto, Óbidos ou Santarém. Nos centros urbanos implementados em zonas aplanadas, as muralhas tiveram condições para se desenvolver de forma curvilínea, como é o caso de Ponte de Lima, Viana do Castelo ou Braga. No entanto, esta regularidade não deve ser exagerada, pois, normalmente, a curva ideal tende a adaptar-se aos constrangimentos do terreno. Este facto, permite comprovar que, muito embora a muralha possa ser traçada com propósitos de regularidade, não existia propriamente um desenho prévio planificador, resultando a sua construção de uma adaptação direta sobre o terreno, pois muito embora possam existir algumas referências a medidas, estas são

⁵⁷ MELO, Arnaldo Sousa; RIBEIRO, Maria do Carmo – “Construction Financing in Late Medieval Portuguese Towns [14th-16th Centuries]”. In CARVAIS, Robert, et al (eds.) – *Nuts and Bolts of Construction History. Culture, Technology and Society*. Paris: Picard, 2012, Vol. 2, pp. 305-312. MARTINS, Miguel Gomes – *Guerreiros de Pedra: castelos, muralhas e guerra de cerco em Portugal na Idade Média*. Lisboa: Esfera dos Livros, 2016.

⁵⁸ LOPES, Fernão – *Chronica de el-rei D. Fernando...*, Vol II, Capítulo LXXXVIII, pp. 95-96.

⁵⁹ BENITO MARTÍN, F. – *La formación de la ciudad medieval*. Valladolid: Universidad de Valladolid, 2000.

quase sempre imperfeitas⁶⁰.

À semelhança do que ocorre um pouco por toda a Europa⁶¹, a dimensão, bem como as características das fortificações góticas portuguesas desempenharam um papel relevante na organização e no crescimento urbanos, uma vez que circunscreveram áreas superiores aquelas que se encontravam urbanizadas, passando a assinalar os respetivos limites, permitindo demarcar o centro urbano da periferia, mas também, regra geral adaptando-se às pré-existências, nomeadamente aos caminhos, alguns dos quais que conduziam às portas das velhas cercas, perpetuando a sua continuidade com a abertura de portas nas novas cercas. Na realidade, as muralhas góticas vão dotar-se de um maior número de portas e de postigos, respondendo às tendencialmente maiores necessidades de circulação, mas que simultaneamente enfraquecem a sua eficácia defensiva, razão pela qual as portas de acesso aos aglomerados passam a ser ladeadas por um ou dois torreões quadrangulares⁶². Igualmente, comparativamente às velhas cercas existentes nas vilas e cidades medievais portuguesas, as muralhas da segunda metade do século XIV irão dotar-se de um maior número de torreões que se constroem junto de todas as inflexões de itinerário dos muros e ao longo dos grandes panos de muralha que, para além do papel militar, passaram a valorizar a imagem coletiva da cidade, constituindo-se igualmente num elemento estrutural e persistente da paisagem urbana portuguesa até ao século XIX integrando, em alguns casos, as áreas que atualmente consideramos como centros históricos das cidades. Igualmente condicionador da morfologia urbana, deve ser salientado o impacto das barbacãs e fossos que rodeavam os panos de muralha. A existência destas estruturas, ainda que em alguns casos de curta duração, acabaram por permitir a fossilização do perímetro defensivo.

É certo que os sistemas defensivos medievais tiveram um papel importante na definição e na evolução da morfologia dos núcleos urbanos por se converterem em barreiras funcionais e de crescimento do espaço, que dificilmente se trasladavam, pelos elevados custos materiais e humanos que tal operação implicava. Mas é igualmente verdade que os muros das muralhas medievais puderam ser facilmente absorvidos pela construção corrente, ou desmontados, sendo os seus materiais reutilizados em novas construções ao longo da história urbana. Também é certo que os sistemas defensivos medievais sofreram fortes destruições em consequência da modernização das cidades no século XIX, assim como devido ao seu estado de

⁶⁰ BERNARDI, Philippe; PIÑEIRO, Manuel Vaquero – “I cantieri edili: idea e realtà”. In *Il Rinascimento Italiano e l'Europa*, Vol. 3: *Produzione e tecniche*, a cura di Ph. Braunstein e L. Molà. Treviso-Costabissara (Vicenza): Fondazione Cassamarca – Angelo Colla Editore, 2007, pp. 511-531; BERNARDI, Philippe – *Bâtir au Moyen Âge (XIII^e-milieu XVI^e siècle)*. Paris: CNRS Éditions, 2011, pp. 166-167.

⁶¹ ARÍZAGA BOLUMBURU, Beatriz; SOLÓRZANO TELECHEA, Jesús Ángel – *Construir la ciudad en la Edad Media*, Nájera: Instituto de Estudios Riojanos, 2010.

⁶² MONTEIRO, João Gouveia – *Os Castelos Portugueses dos Finais da Idade Média: presença, perfil, conservação, vigilância e comando*. Lisboa: Colibri, 1999.

abandono e à insalubridade pública que potenciavam. Não obstante, muitos dos recintos amuralhados góticos acabaram por se perpetuar durante séculos, sendo ainda perceptíveis na planimetria das cidades atuais, quer pela forma curva das ruas que normalmente constituíam a cava, fosso ou as barbacãs, quer pelas curvas de nível que se fossilizaram no solo. Também o nome atual das ruas e espaços urbanos pode sugerir a sua existência desaparecida. Porém são sobretudo as torres o elemento que, regra geral, melhor materializa e simboliza nos espaços urbanos atuais o amuralhamento das cidades medievais e, de modo particular, o realizado por um dos últimos monarcas a construtor de muralhas por excelência, o monarca D. Fernando I, para quem a tarefa de governar foi indiscutivelmente das mais exigentes em termos de política e estratégia militar.

Apesar dos constrangimentos vividos foi possível reunir um conjunto de 19 artigos – apenas um resulta de uma lição apresentada na *Escola de Outono* – produzidos por 20 investigadores provenientes de Portugal, Espanha, França, Itália, Alemanha, Holanda e Rússia, cujas apresentações integraram o programa das *Jornadas*. Todos beneficiaram dos comentários e achegas dos animados debates que as diferentes sessões geraram e dos contributos valorativos dos avaliadores que colaboraram com o desenvolvimento desta obra. Os estudos abrangem predominantemente o espaço peninsular, entendido nas suas distintas unidades políticas cristãs e, ainda que em muito menor grau, o Al-Andalus, sendo que outros incidem sobre paragens mais distantes, como o Magreb, a Inglaterra, a Flandres e Roma. As cronologias trabalhadas privilegiam os séculos finais da Idade Média, algo esperável, uma vez que, para a Península Ibérica, a documentação tardo-medieval cresce em quantidade e qualidade para o estudo de quase todas as temáticas urbanas.

Editores, Apresentação.

Apoio:

FCT Fundação
para a Ciência
e a Tecnologia



ISBN 978-989-54529-6-5

